

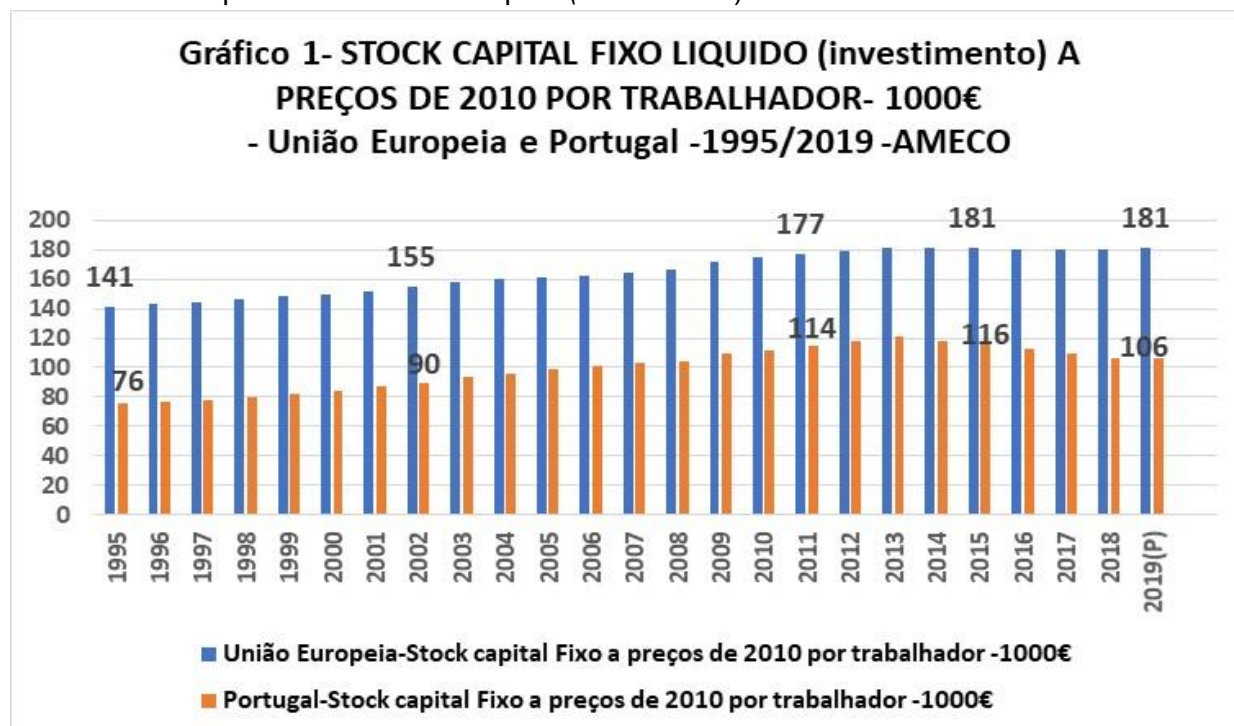
Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

INVESTIMENTO INSUFICIENTE EM PORTUGAL DETERMINA DIMINUIÇÃO DA PRODUTIVIDADE, E SERVE DE JUSTIFICAÇÃO PARA BAIXOS SALÁRIOS, NO ENTANTO ATÉ JUNHO DE 2019 FICARAM POR UTILIZAR 9.974 MILHÕES € DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

No estudo que divulgamos na semana passada mostramos, utilizando apenas dados oficiais, que o salário base médio regular em Portugal estava cada vez mais próximo do salário mínimo nacional, e que a situação se tinha agravado bastante durante o atual governo – entre 2015 e 2018, a percentagem que o salário mínimo representa em relação ao salário médio aumentou de 58,1% para 63,9% - o que significa que um numero crescente de trabalhadores recebe apenas o salário mínimo nacional, e que os aumentos dos salários dos restantes trabalhadores têm sido muito inferiores à subida verificada no salário mínimo nacional. Portugal está-se a transformar cada vez num país de baixos salários, em que uma percentagem crescente recebe apenas salário mínimo nacional. Tal facto está a determinar a fuga dos mais qualificados para estrangeiro e para aqueles que continuam em Portugal condições de vida muito inferiores à média dos países da U.E. Tal facto tem sido justificado pelos patrões devido à baixa produtividade dos trabalhadores em Portugal, pois aqueles que emigram para outros países recebem salários muito superiores aos que as entidades patronais privadas e o Estado pagam em Portugal. Também no estudo anterior, utilizando dados oficiais, mostramos que a produtividade está dependente muito do nível de investimento, e que este em Portugal nos últimos anos tem sido insuficiente até cobrir aquele que se inutiliza devido ao desgaste e à idade, e que imputar a responsabilidade da baixa produtividade apenas aos trabalhadores não tem qualquer fundamento técnico. Neste estudo vamos mostrar, também utilizando dados oficiais, que apesar do investimento ser insuficiente no nosso país para garantir um crescimento económico elevado e sustentável, mesmo assim ficaram por utilizar até junho de 2019 mais de metade dos fundos comunitários que podiam ter sido utilizados de acordo com a programação aprovada pela U.E.

O STOCK DE CAPITAL FIXO (investimento) POR TRABALHADOR TEM DIMINUÍDO EM PORTUGAL E ESTÁ MUITO ABAIXO DA MÉDIA DA UNIÃO EUROPEIA

O gráfico 1, construído com dados da base de dados da Comissão Europeia – AMECO – mostra a diminuição do investimento por trabalhador em Portugal e a crescente diferença entre o investimento médio em Portugal por trabalhador (*coluna a vermelho*) e o investimento médio por trabalhador nos países da União Europeia (*coluna a azul*).



Segundo dados da AMECO, em 2015, o “stock de capital fixo líquido” (investimento) era em Portugal de 116.000€ por trabalhador enquanto a média nos países da U.E. era de 181.000€, ou seja, mais 65.000€ por trabalhador (+56%), em 2019, a Comissão Europeia prevê que essa diferença aumente para 75.000€ (+70,7%) É evidente que os patrões privados e o Estado investem pouco em Portugal, impedindo assim o crescimento e económico e o desenvolvimento no nosso país, preferindo manter uma economia de baixos salários que perde competitividade.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

CONTINUA EM 2019 A SER REDUZIDO O INVESTIMENTO PÚBLICO DEVIDO OBSESSÃO DO DÉFICE ZERO

O investimento público é fundamental não só para satisfazer necessidades da população (saúde, educação, transportes, etc.) mas também para promover o investimento privado. No entanto, devido à obsessão de redução do défice que continua a dominar o atual governo, ele permanece reduzido e mesmo ridículo como acontece no SNS segundo o Ministério das Finanças.

adro 1 – Investimento público em % dos juros e de aquisições de serviços a privados

RÚBRICAS	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS- Milhões €	RÚBRICAS	SNS - Milhões €
	Jan. -Julho 2019		Jan. -Julho 2019
Juros e outros encargos com a dívida	5 345,5	Aquisição de bens e serviços ao setor privado	3 359,8
Investimento Total público	2 222,4	Investimento no SNS	48,8
% que Investimento representa em relação a juros da dívida	41,6%	% que Investimento representa em relação a aquisição de serviços ao setor privado	1,5%

FONTE: Síntese execução orçamental - Julho 2019 - DGO - Ministério das Finanças

De janeiro a julho de 2019, o investimento total de todas as Administrações Públicas (*Estado, Administração local e Regional*) representou menos de metade (41,6%) dos juros pagos pela dívida, e no Serviço Nacional o investimento feito neste período correspondeu só a 1,5% dos gastos do SNS com aquisições de serviços ao setor privado. A privatização do SNS está-se a fazer também através de aquisições de serviços aos privados pelo facto de o SNS não ter recursos, nomeadamente devido à falta de profissionais e ausência de uma gestão eficiente dos meios que dispõe. Nos 7 primeiros meses de 2019, a despesa com aquisição de serviços a privados representou 57,3% da despesa total do SNS, tendo o défice do SNS sido de 216,5 milhões €, mais 73,5% do que em igual período de 2018

ATÉ JUNHO 2019 FICARAM POR UTILIZAR 9.974 MILHÕES € DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Apesar do investimento ser insuficiente, pois nem cobre aquele que se desgasta ou destrói pelo uso, mesmo assim ficou por utilizar até junho de 2019 mais de metade dos fundos comunitários (q2)

Quadro 2- Nível de execução (utilização efetiva) dos fundos comunitários até Junho de 2019

PORTUGAL 2020 - PROGRAMAS OPERACIONAIS - FUNDOS COMUNITÁRIOS	PORTUGAL 2020 Milhões €	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL - Fundos Comunitários que podiam ser utilizados até Junho de 2019 Milhões €							EXECUTADO (despesa validada)	FUNDOS COMUNITÁRIOS QUE FICARAM POR UTILIZAR ATÉ JUNHO 2019	TAXA DE EXECUÇÃO em relação ao valor	
	TOTAL - Fundos Comunitários 2014-2020 (1)	2014 (2)	2015 (3)	2016 (4)	2017 (5)	2018 (6)	2019 Junho (7)	SOMA (8)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+7	Fundos utilizados até 30 Junho 2019 Milhões € (9)	2014-Junho 2019 Milhões € (10)=(8)-(9)	Do TOTAL (10)=(9):(1)	Do Programado até Junho 2019 (10)=(9):(8)
POCI- Competitividade e Internacionalização	4 414	593	605	618	630	643	328	3 417	1 689	1 729	38,3%	49,4%
POITSE- Inclusão Social e Emprego	2 130	380	358	267	273	278	142	1 699	797	901	37,4%	46,9%
POCH - Capital Humano	3 096	416	425	433	442	451	230	2 397	1 224	1 173	39,5%	51,0%
POSER- Sustentabilidade e Eficiência de Recursos	2 253	301	308	315	322	329	168	1 743	566	1 177	25,1%	32,5%
PORN- Programa Regional do Norte	3 379	454	464	473	482	492	251	2 616	856	1 760	25,3%	32,7%
PORC- Programa Regional do Centro	2 155	290	296	302	308	314	160	1 669	498	1 171	23,1%	29,8%
PORL- Programa Regional de Lisboa	833	94	101	123	125	128	65	635	193	443	23,1%	30,3%
PORA- Programa Regional do Alentejo	1 083	146	149	152	155	158	80	839	217	622	20,0%	25,9%
PORAL- Programa Regional do Algarve	319	41	43	45	46	47	24	246	79	167	24,7%	32,0%
POAC- Programa Açores	1 140	151	155	160	163	167	85	881	564	318	49,5%	64,0%
POM- Programa Madeira	403	52	54	57	58	60	30	311	188	123	46,6%	60,5%
PDRC- Programa Desenvolvimento Rural Continente	3 114	159	391	511	512	513	257	2 343	2 020	323	64,9%	86,2%
PRORURAL- Prog. Des. Rural dos Açores	295	42	42	42	42	42	21	232	171	61	57,9%	73,7%
Programa Desenvolvimento Rural da Madeira	179	26	26	26	0	0	0	77	70	7	39,0%	90,8%
SOMA	24 793	3 144	3 415	3 524	3 559	3 620	1 841	19 104	9 130	9 974	36,8%	47,8%

FONTE: PORTUGAL 2020 - Programas Operacionais PORTUGAL 2020 e Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia – N° 17, 30 de Junho de 2019 - ADC I.P.

Como revelam os dados da Agência de Desenvolvimento e Coesão no seu Boletim Informativo dos Fundos da U.E., nº 17, Portugal podia ter utilizado 19.104 milhões € de fundos comunitários até Junho de 2019 mas só utilizou 9.130 milhões € (47,8% do total) ficando por utilizar 9.974 milhões €.

A execução reduzida verificou-se em programas operacionais vitais para o aumento da produtividade, do crescimento económico e do desenvolvimento do país. Em relação ao programa destinado ao aumento da **competitividade e internacionalização das empresas (POCI)** dos 3.417 milhões € que podiam ser utilizados até junho de 2019 só foram efetivamente aplicados 1.698 milhões €, ficando por utilizar 1.729 milhões €; em relação ao programa destinado à **qualificação dos trabalhadores (Capital humano)** dos 2.367 milhões € que podiam ser utilizados só o foram 1.224 milhões €; em relação aos **programas regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve)**, que têm como objetivo desenvolver as regiões, para reduzir as graves assimetrias que continuam a existir entre elas, dos 6.004 milhões € que podiam ter sido utilizados até junho/2019 só o foram 1.842 milhões €, ficando por utilizar 4.163 milhões € (69,3%). O governo e os seus defensores face a estas críticas, respondem que os fundos não se perderam, e que ainda podem ser utilizados. Mas isso tem graves consequências para o país: é inovação e modernização que não foi feita a tempo, é a qualificação de trabalhadores que não foi realizada, são empregos que não foram criados, é crescimento e desenvolvimento que não teve lugar, é o país que se atrasa e não se prepara, são salários mais baixos. Para além de razões burocráticas, é a obsessão do défice que impede a utilização plena dos fundos comunitários pois o Estado tem de entrar com uma parcela (em média 12,6%, embora varie de programa de programa para programa) – Eugénio Rosa [-edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) – 14-9-2019